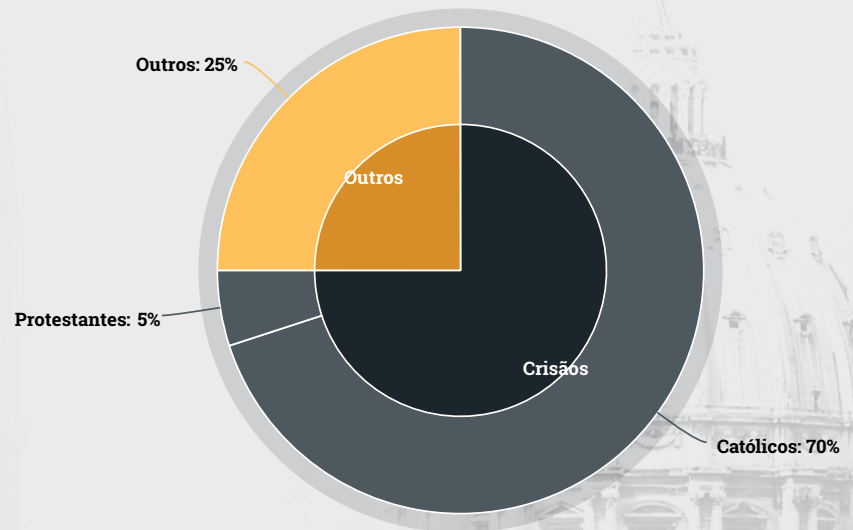


Cuba



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição, revista em 2002, descreve o Partido Comunista de Cuba como “a força motriz da sociedade e do Estado” no artigo 5º,^[1] estabelecendo que os princípios orientadores de Cuba são socialistas e que Cuba é um Estado de partido único.

De acordo com a Constituição, o Estado reconhece e garante a liberdade religiosa e de consciência. E estabelece a separação entre as instituições religiosas e o Estado, definindo que diferentes crenças e religiões gozam de igual consideração (artigo 8º).^[2]

A Constituição, que reconhece, respeita e garante a liberdade religiosa e de consciência, também garante o direito de cada cidadão a mudar de religião, a professar uma religião ou a não professar nenhuma, segundo a lei. A Constituição estabelece que a discriminação com base em motivos religiosos, entre outros, será punida por lei (artigo 42º).

A Lei do Culto e das Associações Religiosas diz que os grupos religiosos se devem registrar junto do Registro de Associações

Religiosas no Ministério da Justiça. Este processo requer que as organizações identifiquem o local onde planejam realizar as suas atividades e a fonte do seu financiamento. O reconhecimento legal pode ser recusado se uma organização for vista duplicando atividades de um grupo já reconhecido. Quando as entidades religiosas são reconhecidas, podem candidatar-se para obter autorização do Gabinete dos Assuntos Religiosos para realizarem suas atividades.

O Gabinete dos Assuntos Religiosos regulamenta vários aspectos da vida religiosa: aprovação e recusa de visitas religiosas; aprovação da construção, reparação ou compra de locais de culto; aprovação da compra e uso de veículos; concessão de autorizações para realizar serviços religiosos públicos; importação de literatura religiosa; etc.

O artigo 206º do Código Penal estabelece a ofensa de abuso da liberdade de culto, permitindo a detenção de indivíduos até um ano quando o exercício do culto entra em conflito com áreas como a educação, os deveres laborais e a defesa nacional.

A resolução nº 43, de abril de 2005, e a resolução nº 46, de fevereiro de 2005, impõem restrições ao uso dos locais de culto. De acordo com estas resoluções, qualquer reparação, expansão ou nova construção por uma instituição religiosa requer autorização prévia do Governo, mesmo para pequenas reparações. Segundo a resolução nº 46, as normas estão estabelecidas para o pedido, processamento e autorização para o culto em casas privadas.

Contudo, a resolução nº 43 não foi aplicada uniformemente em 2015, quando entrou em vigor em conjunto com o

[1] <http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm> (acessado em Abril de 2016)

[2] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_63_6.asp (acessado em 13 de Abril de 2016)

decreto-lei 322, a Lei Geral da Habitação. A sua implementação resultou na ilegalização de mais de 2.000 locais de culto em diversas províncias, incluindo o encerramento e demolição de 100 edifícios.^[3]

INCIDENTES

No período em análise (junho de 2014 a junho de 2016), foram relatados incidentes que envolveram comunidades cristãs protestantes, consideradas como não cumpridoras dos regulamentos governamentais atuais (ver acima), maioritariamente em relação à ausência de registro a vários níveis: edifícios,^[4] serviços religiosos, o conteúdo das emissões de rádio,^[5] bem como questões relacionadas com o uso de fundos.^[6] Para dar um exemplo: em fevereiro de 2015, o pastor protestante Jesus Noel Carballada foi detido na cidade de Havana sem motivo ou mandado de detenção.^[7] Foi encarcerado durante seis meses sem ser levado a tribunal, acusado de realizar serviços religiosos não autorizados. No final do período de seis meses foi libertado. As Igrejas e comunidades podem apresentar recurso e em alguns casos as decisões foram revertidas.^[8]

Em relação à Igreja Católica, não há relatos de problemas específicos durante este período, embora a Igreja tenha tentado recuperar bens e imóveis. As visitas do Papa Francisco a Cuba renovaram a esperança de que a Igreja possa conseguir voltar a estabelecer o seu papel na sociedade cubana.

Em fevereiro de 2016, o Papa Francisco parou em Cuba a caminho de uma visita pastoral ao México para se encontrar com o chefe da Igreja Ortodoxa Russa, o Patriarca Kirill. Os dois tiveram um encontro privado e assinaram uma declaração

conjunta.^[9] Para que o encontro ocorresse, a Igreja Católica em Cuba realizou vários encontros com representantes do Governo. O Papa expressou o seu apreço pelo “sentimento de boas-vindas e prontidão do presidente Castro”, que ajudou a Igreja a tornar possível o encontro.^[10]

Em junho de 2016, a paróquia de Baire, na Arquidiocese de Santiago de Cuba, erigiu uma cruz no local da futura igreja, cuja construção tem sido bloqueada desde 1962.^[11]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Embora persistam muitos problemas, em especial para as comunidades religiosas não católicas, há esperança de que a promoção e proteção do direito fundamental à liberdade religiosa vão continuar e de que Cuba passe a uma fase diferente das suas relações internacionais, com novas regras entrando em vigor em relação ao registro das comunidades religiosas.

Uma vez que, com as comunidades religiosas tendo acesso ao sistema de justiça, algumas decisões foram revertidas a seu favor, e que há sinais concretos de diálogo produtivo entre a Igreja Católica e as autoridades (como é evidenciado pelas visitas papais), há razões para crer que, na esfera pública, a liberdade religiosa vai continuar se expandindo.

[3] <http://www.csw.org.uk/2016/01/15/report/2951/article.htm> (acessado em 12 de Julho de 2016)

[4] Em Junho de 2015, o Reverendo Yiorvis Bravo, líder do Movimento Apostólico em Cuba, recebeu uma ordem de restrição por não pagar renda ao Governo de Cuba sobre uma propriedade expropriada em 2013. Recebeu a ordem um dia antes de viajar para o Peru para participar numa conferência sobre direitos civis: <http://www.csw.org.uk/2015/06/29/news/2642/article.htm> (acessado em 13 de Março de 2016)

[5] Em Outubro de 2014, o Pastor Mario Felix Leonart recebeu um terceiro aviso oficial a afirmar que iria ser julgado se mantivesse laços estreitos com “contra-revolucionários dentro e fora de Cuba, e com estações de rádio contra-revolucionárias”: http://www.14ymedio.com/nacional/Mario-Felix-Leonart-policia_0_1648635129.html (acessado em 13 de Março de 2016).

[6] Em Abril de 2015, após cinco anos, o Governo descongelou as contas bancárias da Primeira Igreja Baptista em Santa Clara Trinidad. Contudo, os fundos apenas podem ser usados para reparações específicas ao edifício: <http://www.csw.org.uk/2016/01/15/report/2951/article.htm> (acedido a 13 de Abril de 2016), e <http://www.fiajc.org/desafios-a-la-libertad-religiosa-en-america-latina/> (acessado em 12 de Julho de 2016)

[7] <http://www.noticiacristiana.com/sociedad/persecuciones/2015/09/pastor-cubano-es-liberado-despues-de-pasar-seis-meses-de-prision.html> (acessado em 13 de Abril de 2016)

[8] Em Dezembro de 2015, o Governo Cubano reverteu a sua expropriação do edifício da Primeira Igreja Baptista Maranató e deu início ao processo para lhes permitir fazer melhorias na igreja: <http://www.csw.org.uk/2015/12/22/news/2919/article.htm> (acessado em 13 de Março de 2016)

[9] http://w2.vatican.va/content/francesco/es/speeches/2016/february/documents/papa-francesco_20160212_dichiarazione-comune-kirill.html (acessado em 1 de Junho de 2016)

[10] http://w2.vatican.va/content/francesco/es/speeches/2016/february/documents/papa-francesco_20160212_cuba-messico-saluto-giornalisti.html (acessado em 1 de Junho de 2016)

[11] <http://www.iglesiabana.net/index.php/noticias/18-santiago-de-cuba/918-nueva-cruz-preside-el-futuro-templo-parroquial-de-baire> (acessado em 7 de Julho de 2016)